



SILVIA
FEDERICI

O
PONTO
ZERO
DA REVOLUÇÃO

TRABALHO
DOMÉSTICO,
REPRODUÇÃO E
LUTA FEMINISTA

TRADUÇÃO COLETIVO SYCORAX

CONTRAPLANEJAMENTOS DA COZINHA (1975)¹⁸

[COM NICOLE COX]

Está claro desde Marx que o capital constrói seu domínio e se desenvolve por meio do salário, isto é, que a fundação da sociedade capitalista foi o trabalhador e a trabalhadora assalariada e sua exploração direta. O que não está claro nem tem sido visto como pressuposto entre as organizações dos movimentos da classe trabalhadora é precisamente o fato de que é por meio do salário que se organiza a exploração do trabalho não assalariado. Essa exploração tem sido especialmente eficaz porque a ausência de salário a escondeu... *no que se refere às mulheres, seu trabalho parece ser um serviço pessoal externo ao capital.*¹⁹

Não é nenhuma coincidência que nos últimos meses muitas revistas de Esquerda tenham publicado ataques contra a Wages for Housework. Sempre que um movi-

¹⁸ Este texto foi originalmente escrito em resposta a um artigo de Carol Lopate que apareceu na revista *Liberation* (v. 18, n. 8, pp. 8-11, mai.-jun. 1974), intitulado “Women and Pay for Housework” [Mulheres e pagamento por trabalho doméstico]. Nossa resposta foi recusada pelos editores da revista. Nós a publicamos agora porque Lopate tem argumentos mais abertos do que a maioria das premissas da Esquerda e sua relação com o movimento feminista internacional neste momento da história. Não estamos, com a publicação deste texto, abrindo um debate estéril com a Esquerda, mas encerrando um.

¹⁹ Mariarosa Dalla Costa, “Women and the Subversion of the Community” [Mulheres e a subversão da comunidade], em Mariarosa Dalla Costa & Selma James, *The Power of Women and the Subversion of the Community* [O poder das mulheres e a subversão da comunidade]. Bristol: Falling Wall Press, 1973, pp. 25-6.

mento de mulheres toma uma posição autônoma, a Esquerda se sente ameaçada. A Esquerda percebe que essa perspectiva tem implicações cujo alcance vai além da “questão das mulheres” e representa uma cisão com a sua política passada e presente, tanto no que diz respeito às mulheres quanto ao que se refere ao restante da classe trabalhadora. De fato, os hábitos sectários que a Esquerda tem demonstrado tradicionalmente em relação às lutas das mulheres são consequência de sua compreensão rasa do modo pelo qual o capitalismo constitui o seu domínio e da direção que a luta de classes deve tomar para quebrar esse domínio.

Em nome da “luta de classes” e “do interesse unificado da classe trabalhadora”, a Esquerda sempre selecionou certos setores da classe trabalhadora como sujeitos revolucionários, condenando outros ao mero papel de coadjuvantes nas lutas travadas pelos setores escolhidos. A Esquerda tem, assim, reproduzido em seus objetivos estratégicos e organizacionais a mesma divisão de classe que caracteriza a divisão capitalista do trabalho. Neste ponto, apesar da variedade de posições táticas, a Esquerda tem estado estrategicamente unida. Quando se trata da escolha dos sujeitos revolucionários, stalinistas, trotskistas, anarco-libertários, velha e nova Esquerda dão as mãos com os mesmos pressupostos e argumentos por uma causa comum.

ELES NOS OFERECEM “DESENVOLVIMENTO”

Já que a Esquerda aceitou o salário como a linha divisória entre trabalho e não trabalho, produção e parasitismo, energia potencial e impotência, a imensa quantidade de trabalho não assalariado que as mulheres realizam para o capital dentro do lar tem escapado às suas análises e à sua estratégia. Desde Lênin, passando por Antonio Gramsci até Juliet Mitchell, a tradição inteira da Esquerda tem concordado com a marginalidade do trabalho doméstico na reprodução do capital e com a marginalidade da dona de casa na luta revolucionária. De acordo com a Esquerda, as mulheres, como donas de casa, não estão sofrendo com o capital: estão sofrendo com a sua ausência. O nosso problema, ao que parece, é que o capital falhou em alcançar nossa cozinha e nosso quarto, com a dupla consequência de que nós presumivelmente permanecemos em um estágio feudal e pré-capitalista, e tudo que fazemos na cozinha e no quarto é irrelevante para as mudanças sociais. Obviamente, se a cozinha está fora do capital, a nossa luta para destruí-la nunca ocasionará a derrocada do capital.

A razão de o capital, para sobreviver, permitir tanto trabalho não lucrativo, tanto tempo de trabalho improdutivo, é uma pergunta que a Esquerda nunca faz, pois está sempre confiante na irracionalidade e na incapacidade de planejamento do capital. Ironicamente, eles traduziram esse desconhecimento sobre as relações específicas das mulheres com o capital para uma teoria do atraso da política das mulheres, cuja defasagem só será superada ao passarmos pelos portões de entrada das fábricas. Portanto, a lógica de uma análise que vê a causa da opressão das mulheres como a sua exclusão das relações capitalistas resulta inevitavelmente em uma estratégia para

que adentremos nessas relações, em vez de destruí-las.

Nesse sentido, há uma conexão imediata entre a estratégia da Esquerda para as mulheres e para o “Terceiro Mundo”. Da mesma forma que eles querem trazer as mulheres para as fábricas, querem levar as fábricas para o “Terceiro Mundo”. Em ambos os casos, pressupõe-se que os “subdesenvolvidos” – aqueles de nós que não são assalariados e trabalham em níveis tecnológicos mais baixos – são atrasados em relação à “verdadeira classe trabalhadora”, e somente podem alcançá-la por meio da obtenção de uma forma mais avançada de exploração capitalista, uma fatia maior do trabalho fabril. Em ambos os casos, a luta que a Esquerda oferece aos não assalariados, aos “subdesenvolvidos”, não é uma luta contra o capital, mas uma luta pelo capital, em uma versão mais racionalizada, desenvolvida e produtiva. No nosso caso, eles nos oferecem não só o “direito ao trabalho” (oferecido a qualquer trabalhador), mas o direito a trabalhar mais, a ser mais explorado.

UM NOVO CAMPO DE LUTA

O fundamento político da Wages for Housework é a recusa dessa ideologia capitalista que equaciona não assalariamento e baixo desenvolvimento tecnológico com atraso político, impotência e, em última instância, com a necessidade de sermos organizadas pelo capital como uma precondição para a nossa própria organização. É a nossa recusa em aceitar que, porque não somos assalariadas ou porque trabalhamos em níveis técnicos mais baixos (e essas duas condições estão profundamente conectadas), nossas necessidades devem ser compreendidas como

distintas das do restante da classe trabalhadora. Nós nos recusamos a aceitar que, enquanto um operário do sexo masculino da indústria automotiva em Detroit pode lutar contra a linha de montagem, o nosso objetivo – a partir da nossa cozinha na metrópole, ou das cozinhas e dos campos do “Terceiro Mundo” – deve ser o trabalho fabril que trabalhadores de todo o mundo estão rejeitando cada vez mais. A nossa rejeição da ideologia esquerdista é idêntica à nossa rejeição do desenvolvimento capitalista como um caminho para a libertação ou, mais especificamente, à nossa rejeição a qualquer forma materializada pelo capitalismo. Inerente a essa rejeição está a redefinição do que é capitalismo e de quem é a classe trabalhadora – isto é, uma nova avaliação das forças e necessidades de classe.

O salário para o trabalho doméstico, então, não é uma demanda entre outras, mas uma perspectiva política que abre um novo campo de luta, começando pelas mulheres para depois atingir toda a classe trabalhadora.²⁰ Isso deve ser enfatizado, já que a redução da Wages for Housework a uma demanda é um elemento comum aos ataques vindos da Esquerda, como uma forma de desmerecê-la e, assim, evitar que seus críticos confrontem as questões políticas levantadas pela campanha.

O artigo de Carol Lopate, “Women and Pay for Housework” [Mulheres e pagamento por trabalho doméstico], é exemplar dessa tendência. Já no título – “Pay for Housework” – há uma deturpação da questão, porque o salário não é só um pouco de dinheiro, mas é a expressão da relação de poder entre o capital e a classe trabalhadora. Uma maneira mais sutil de desmerecer a Wages for Housework é afirmar que essa perspectiva é importada da

²⁰ Ver o artigo “Salários contra o trabalho doméstico (1975)”, neste volume, p. 42.

Itália e apresenta pouca relevância no quadro estadunidense, onde as mulheres “de fato trabalham”.²¹ Aqui podemos encontrar outro exemplo de deturpação. *The Power of Women and the Subversion of the Community* [O poder das mulheres e a subversão da comunidade] – a única fonte citada por Lopate – reconhece a dimensão internacional do contexto em que surgiu a Wages for Housework. Em todo o caso, rastrear a origem geográfica da Wages for Housework não é exatamente o ponto, ainda mais no estado atual da integração internacional do capital. O que importa é a sua gênese política, que é a recusa a enxergar o trabalho, a exploração e o poder de revoltar-se contra ele somente diante da presença de um salário. No nosso caso, trata-se do fim da divisão entre mulheres “que de fato trabalham” e mulheres “que não trabalham” (elas são “apenas donas de casa”), o que implica que trabalho não assalariado não é trabalho, que trabalho doméstico não é trabalho e, paradoxalmente, apenas nos Estados Unidos grande parte das mulheres trabalha e luta porque muitas têm um segundo emprego. Não enxergar o trabalho das mulheres no lar é estar cego ao trabalho e à luta da esmagadora maioria da população mundial que não é assalariada. É ignorar que o capital estadunidense foi constituído por meio de trabalho escravo assim como de trabalho assalariado e, até hoje, prospera por causa do trabalho não assalariado de milhões de mulheres e homens nos campos, nas cozinhas e nas prisões dos Estados Unidos e do mundo.

²¹ “A demanda por trabalho doméstico assalariado vem da Itália, onde a esmagadora maioria das mulheres de todas as classes permanece no lar. Nos Estados Unidos, mais da metade de todas as mulheres trabalham.” Carol Lopate, *op. cit.*, p. 9.

O TRABALHO OCULTO

Se começarmos olhando para nós mesmas, que, como mulheres, sabemos que o dia de trabalho para o capital não necessariamente resulta em pagamento, que não começa e termina nos portões das fábricas, acabaremos redescobrimo a natureza e o escopo do próprio trabalho doméstico. Porque logo que levantamos a cabeça das meias que costuramos e das refeições que cozinhamos e contemplamos a totalidade da nossa jornada de trabalho vemos que, embora isso não resulte em um salário para nós mesmas, produzimos o produto mais precioso que existe no mercado capitalista: a força de trabalho. O trabalho doméstico é muito mais do que limpar a casa. É servir aos assalariados física, emocional e sexualmente, preparando-os para o trabalho dia após dia. É cuidar das nossas crianças – os trabalhadores do futuro –, amparando-as desde o nascimento e ao longo da vida escolar, garantindo que o seu desempenho esteja de acordo com o que é esperado pelo capitalismo. Isso significa que, por trás de toda fábrica, de toda escola, de todo escritório, de toda mina, há o trabalho oculto de milhões de mulheres que consomem sua vida e sua força em prol da produção da força de trabalho que move essas fábricas, escolas, escritórios ou minas.²²

22 “A comunidade é essencialmente o lugar das mulheres, no sentido de que é ali que elas aparecem e realizam seu trabalho diretamente. Mas a fábrica é igualmente o lugar onde é incorporado o trabalho das mulheres que não aparecem ali e que transferiram seu trabalho aos homens que lá estão. Similarmente, a escola também incorpora o trabalho das mulheres que não aparecem ali, mas que transferiram o seu trabalho aos alunos que retornam todas as manhãs alimentados, bem cuidados e com a roupa passada pela mãe.” Mariarosa Dalla Costa, “Community, Factory and School from the Woman’s

É por isso que, até hoje, tanto nos países “desenvolvidos” como nos “subdesenvolvidos”, o trabalho doméstico e a família são os pilares da produção capitalista. A disponibilidade de uma força de trabalho estável e disciplinada é uma condição essencial da produção em cada um dos estágios do desenvolvimento capitalista. As condições do nosso trabalho variam de país a país. Em alguns países somos forçadas a uma produção intensa de crianças; em outros, nos dizem para não reproduzirmos, especialmente se somos negras ou contamos com auxílios do governo, ou que temos a tendência de reproduzir “pessoas causadoras de problemas”. Em alguns países nós produzimos trabalho pouco qualificado para o campo; em outros, produzimos trabalhadores e técnicos qualificados. Mas em todos os países o nosso trabalho não assalariado e a função que realizamos para o capital são os mesmos.

Conseguir um segundo emprego nunca nos libertou do primeiro. Ter dois empregos apenas significou para as mulheres possuir ainda menos tempo e energia para lutar contra ambos. Além disso, uma mulher, trabalhando em tempo integral fora ou dentro de casa, casada ou solteira, tem que gastar horas de trabalho na reprodução da sua própria força de trabalho, e as mulheres bem sabem a tirania dessa tarefa, pois um vestido bonito e um cabelo arrumado são condições para arranjar um emprego, tanto no mercado conjugal quanto no mercado de trabalho assalariado.

Por isso, duvidamos de que nos Estados Unidos “as escolas, os berçários, as creches e a televisão tiraram das mães grande parte da responsabilidade pela socialização

Viewpoint” [Comunidade, fábrica e escola na perspectiva da mulher], em *L’Offensiva* [A ofensiva], n. 1. Turim: Musolini, 1972.

de seus filhos e filhas”, que “a diminuição do tamanho das casas e a mecanização do trabalho doméstico significam que a dona de casa tem potencialmente a seu dispor muito mais tempo de lazer” e que ela apenas “se ocupa com a compra, a utilização e o conserto dos aparelhos [...] que foram em teoria desenvolvidos para economizar o seu tempo.”²³

As creches e os berçários nunca nos proporcionaram tempo disponível para nós mesmas, mas, sim, para trabalho adicional. No que diz respeito à tecnologia, é nos Estados Unidos que nós medimos a distância entre a tecnologia socialmente disponível e a tecnologia que chega até nossa cozinha. E nesse caso, também, é a nossa condição não assalariada que determina a quantidade e a qualidade da tecnologia que adquirimos. Pois, “se você não ganha por hora, dentro de certos limites, ninguém se importa com o tempo que você leva para realizar o seu trabalho”.²⁴ A situação nos Estados Unidos no mínimo prova que nem a tecnologia nem um segundo emprego podem libertar a mulher do trabalho doméstico, e que “a produção de um técnico não é uma alternativa menos trabalhosa do que a produção de um trabalhador não qualificado, se entre ambos os destinos não existe a recusa da mulher em trabalhar de modo gratuito, independentemente do nível técnico em que esse trabalho é realizado, e a recusa da mulher em viver para produzir, independentemente do tipo de criança a ser produzida.”²⁵

É importante esclarecer que, ao dizer que o trabalho que realizamos no lar é uma produção capitalista, não estamos expressando um desejo de nos legitimarmos

²³ Lopate, *op. cit.*, p. 9.

²⁴ Dalla Costa, “Women and the Subversion of the Community”, pp. 28-9.

²⁵ Dalla Costa, “Community, Factory and School from the Woman’s Viewpoint”.

como parte das “forças produtivas” – em outras palavras, não é um recurso ao moralismo. Somente do ponto de vista capitalista é que ser produtiva é uma virtude moral, quando não um imperativo moral. Do ponto de vista da classe trabalhadora, ser produtiva simplesmente significa ser explorada. Como reconheceu Karl Marx, “ser trabalhador produtivo não é, portanto, uma sorte, mas um azar”.²⁶ É por isso que obtemos pouca “autoestima” disso.²⁷ Mas quando dizemos que o trabalho doméstico é uma instância da produção capitalista expomos, assim, a nossa função específica na divisão capitalista do trabalho e as formas específicas que a nossa revolta contra ela deve tomar. No fim, quando dizemos que nós produzimos capital, estamos dizendo que podemos e queremos destruí-lo, em vez de travar uma batalha perdida para passar de uma forma e um grau de exploração para outro.

Devemos também esclarecer que não estamos “tomando emprestadas categorias do universo marxista”.²⁸ No entanto, admitimos que estamos menos dispostas do que Lopate a descartar o trabalho de Marx, já que ele nos deu uma análise que é indispensável até os dias de hoje para compreender como funcionamos em uma sociedade capitalista. Nós também suspeitamos que a indiferença aparente de Marx ao trabalho doméstico possa estar ancorada em fatores históricos. Não nos referimos apenas à dose de machismo que Marx certamente partilhava com os seus contemporâneos (e não apenas

²⁶ Karl Marx, *Capital*, v. 1. Londres: Penguin Books, 1990, p. 644. [Ed. bras.: *O capital*, livro I. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 707.]

²⁷ “Pode ser que as mulheres precisem tornar-se assalariadas para alcançar a autoconfiança e a autoestima que são os primeiros passos em direção à igualdade.” Lopate, *op. cit.*, p. 9.

²⁸ Lopate, *op. cit.*, p. 11.

com eles). No tempo em que Marx estava escrevendo, a família nuclear e o trabalho doméstico em torno dela ainda estavam para ser consolidados.²⁹ O que estava diante dos olhos de Marx era a mulher proletária, que estava empregada junto com o marido e as crianças na fábrica, e a mulher burguesa, que tinha uma empregada e, independentemente de trabalhar ou não, não estava produzindo a mercadoria força de trabalho. A ausência da família nuclear não queria dizer que os trabalhadores e as trabalhadoras não acasalavam e copulavam, mas que era impossível existir relações familiares e trabalho doméstico quando cada membro da família gastava quinze horas por dia na fábrica; não havia nem tempo nem espaço físico para uma vida familiar.

Somente após as epidemias e o trabalho exaustivo dizimarem a força de trabalho – e, mais importante, depois de as lutas proletárias entre 1830 e 1840 deixarem a Inglaterra à beira de uma revolução – foi que a necessidade de uma força de trabalho mais estável e disciplinada levou o capital a organizar a família nuclear como o centro de reprodução da força de trabalho. Longe de ser uma estrutura pré-capitalista, a família, como a conhecemos no “Ocidente”, é uma criação do capital para o capital, como uma instituição que deveria garantir a quantidade e a qualidade da força de trabalho e o seu controle. Assim, “como o sindicato, a família protege o trabalhador, mas também garante que ele e ela nunca serão nada além de trabalhadores. E é por isso que a luta da mulher da classe trabalhadora contra a família é crucial”.³⁰

²⁹ Estamos agora trabalhando no nascimento da família nuclear como um estágio das relações capitalistas.

³⁰ Dalla Costa, “Women and the Subversion of the Community”, p. 41.

NOSSO NÃO ASSALARIAMENTO COMO DISCIPLINA

A família é essencialmente a institucionalização do nosso trabalho não assalariado, da nossa dependência não assalariada dos homens e, conseqüentemente, a institucionalização da divisão desigual do trabalho que tem disciplinado a nós e também aos homens. O nosso não assalariamento e dependência têm mantido os homens presos ao emprego, ao garantir que, sempre que eles quisessem recusar esse trabalho, teriam de encarar a esposa e as crianças, que dependiam de seu salário. Aqui se encontra a base daqueles “hábitos antigos – os nossos e os dos homens” – com os quais Lopate achou difícil romper. Não é por acaso que é difícil para um homem “pedir por escalas específicas de trabalho para que ele possa se envolver igualmente nos cuidados dos filhos”.³¹ Uma das razões pelas quais os homens não podem trabalhar meio período é o fato de que o salário deles é crucial para a sobrevivência da família, mesmo quando a esposa contribui com um segundo salário. E se nós “preferimos ou encontramos trabalhos menos exaustivos, que nos deixam ter mais tempo para o trabalho doméstico”, é porque estávamos resistindo a uma exploração mais intensa, sendo consumidas na fábrica para depois sermos consu-

³¹ “A maioria de nós, mulheres, que lutamos em nossa vida por essa reestruturação, nos encontramos periodicamente à beira do desespero. Primeiro, havia os hábitos antigos – os nossos e os dos homens – a serem rompidos. Segundo, havia sérios problemas de tempo. [...] Pergunte a qualquer homem como é difícil para ele conseguir algum emprego de meio período, ou pedir por escalas específicas de trabalho para que ele possa se envolver igualmente nos cuidados dos filhos.” Lopate, *op. cit.*, p. 11.

midas mais rapidamente em casa.³²

A ausência de um salário para o trabalho que realizamos em casa é também a causa primária para a nossa fraqueza no mercado de trabalho assalariado. Os empregadores sabem que estamos acostumadas a trabalhar por nada e que estamos tão desesperadas para ganhar um dinheiro próprio que eles podem nos ter a um preço baixo. Desde que “feminino” se tornou sinônimo de “dona de casa”, nós carregamos para qualquer lugar essa identidade e as “habilidade domésticas” que adquirimos ao nascer. É por isso que as possibilidades de emprego para mulheres são tão frequentemente uma extensão do trabalho doméstico, e o nosso caminho ao assalariamento muitas vezes nos leva a mais trabalho doméstico. O fato de que o trabalho doméstico não é assalariado tem dado a essa condição socialmente imposta uma aparência de naturalidade (“feminilidade”) que nos afeta independentemente do que fizermos. Portanto, Lopate não precisa nos dizer que “a coisa essencial a se lembrar é que nós somos um SEXO”.³³ Por anos o capital nos tem dito que nós apenas servimos para fazer sexo e ter bebês. Essa é a divisão sexual do trabalho, e nós nos recusamos a eternizá-la, como inevitavelmente acontece quando perguntamos: “o que realmente quer dizer ser mulher; quais são, se elas existem, as qualidades específicas, necessárias e eternas que se enquadram nessa característica?”.³⁴ Fazer essa pergunta é implorar por uma resposta sexista. Quem pode dizer o que somos? Tudo o que podemos saber agora

³² *Ibidem.*

³³ “A coisa essencial a se lembrar é que nós somos um SEXO. Essa é realmente a única palavra até agora desenvolvida para descrever o que temos em comum.” Lopate, *op. cit.*, p. 11.

³⁴ *Ibidem.*

é quem nós não somos, no sentido de que, por meio da nossa luta, reunimos poder para romper com a identidade social que nos é imposta. É a classe dominante, ou aqueles que aspiram ao domínio, que pressupõem uma personalidade humana natural e eterna – de modo a eternizar o seu poder sobre nós.

GLORIFICAÇÃO DA FAMÍLIA

Não surpreende que a busca de Lopate pela essência da feminilidade a leve a uma glorificação notável do trabalho não assalariado em casa e do trabalho não assalariado em geral:

A casa e a família têm tradicionalmente providenciado o único interstício da vida capitalista em que as pessoas podem servir às necessidades alheias por amor ou cuidado, mesmo que frequentemente seja por medo e dominação. Os pais cuidam da criança, pelo menos em parte, por amor [...]. Eu até acho que essa memória perdura em nós quando crescemos, para que possamos sempre ter dentro de nós como uma espécie de utopia o trabalho e o cuidado que vêm do amor, em vez de serem baseados em gratificações financeiras.³⁵

A literatura do movimento das mulheres demonstra os efeitos devastadores que esse amor, cuidado e serviço nos têm causado. Esses são os grilhões que nos têm prendido a uma condição de quase escravidão. Nós nos recusamos,

³⁵ Lopate, *op. cit.*, p. 10.

então, a ter dentro de nós e elevar à condição de utopia a miséria de nossa mãe e nossas avós e a nossa própria miséria quando criança! Quando o capital ou o Estado não paga um salário, são aqueles que são amados e cuidados, e que também não são assalariados e ainda mais impotentes, que devem pagar com a própria vida.

Nós também recusamos a sugestão de Lopate de que pedir remuneração para o trabalho doméstico “serviria apenas para obscurecer ainda mais as possibilidades de trabalho livre e não alienado”,³⁶ o que quer dizer que a forma mais rápida de “desalienar” o trabalho é realizá-lo gratuitamente. O presidente Ford³⁷ certamente apreciaria essa sugestão. O trabalho voluntário sobre o qual repousa cada vez mais o Estado moderno está baseado na disposição caridosa do nosso tempo. Se, em vez de confiarem no amor e no cuidado, minha mãe e a mãe das mulheres da minha geração tivessem recebido uma remuneração, com certeza teriam sido menos amargas, menos dependentes e menos chantageadas, e teriam chantageado menos suas crianças – constantemente lembradas de como a mãe se sacrificou para criá-las. Assim, elas teriam tido mais tempo e mais poder para lutar contra esse trabalho e nos teriam deixado em um estágio mais avançado dessa luta.

A essência da ideologia capitalista é glorificar a família como um “mundo particular”, a última fronteira onde homens e mulheres “mantêm [sua] alma viva”, e não é de se admirar que essa ideologia ganhe nova

36 “A eliminação de um grande espaço da vida capitalista onde todas as transações não têm valor de troca serviria apenas para obscurecer ainda mais as possibilidades de trabalho livre e não alienado.” Lopate, *op. cit.*, p. 10.

37 Gerald Ford (1913-2006) foi presidente dos Estados Unidos entre 1974 e 1977, após a renúncia de Richard Nixon devido ao escândalo de Watergate. [N.E.]

popularidade entre planejadores capitalistas nos tempos atuais de “crise”, “austeridade” e “dificuldade”.³⁸ Como Russell Baker recentemente afirmou no jornal *The New York Times*, o amor nos manteve aquecidos durante a Grande Depressão, e seria melhor trazê-lo conosco na jornada atual a tempos mais difíceis.³⁹ Essa ideologia que opõe a família (ou a comunidade) à fábrica, o pessoal ao social, o privado ao público, o trabalho produtivo ao improdutivo é funcional à nossa escravização na casa – que, na ausência de um salário, sempre aparentou ser um ato de amor. Essa ideologia está profundamente arraigada na divisão capitalista do trabalho, que encontra uma de suas expressões mais nítidas na organização da família nuclear.

A forma com que a relação assalariada mistificou a função social da família é uma extensão da forma com que o capital mistificou o trabalho assalariado e a subordinação das nossas relações sociais ao “nexo monetário”. Nós aprendemos com Marx que o salário oculta o trabalho não assalariado que é destinado ao lucro. Mas medir o trabalho pelo salário também esconde a extensão da subordinação das nossas relações familiares e sociais às relações de produção – *elas se tornaram relações de produção* –, de modo que todos os momentos da vida operam em função da acumulação de capital. O salário e a falta dele permitem ao capital obscurecer a verdadeira duração da nossa jornada de trabalho. O trabalho aparece apenas como um compartimento único da vida, realizado apenas em momentos e espaços determinados. O tempo que gastamos na “fábrica social”,

38 “Eu acredito que é no mundo privado que mantemos viva a nossa alma.” *Ibidem*.

39 Russell Baker, “Love and Potatoes”, em *The New York Times*, 26 nov. 1974.

nos preparando para o trabalho ou indo ao trabalho, recuperando nossos “músculos, nervos, ossos e cérebro”⁴⁰ com lanches rápidos, sexo rápido, filmes, tudo isso aparece como lazer, como tempo livre, como escolhas individuais.

MERCADOS DE TRABALHO DIFERENTES

O uso do salário pelo capital também obscurece a identificação da classe trabalhadora e mantém os trabalhadores divididos. Por meio da relação salarial, o capital organiza mercados de trabalho diferentes (um mercado de trabalho para negros, jovens, mulheres e homens brancos), e opõe uma “classe trabalhadora” a um proletariado “não trabalhador”, supostamente parasitário do trabalho da primeira. Portanto, como beneficiárias de auxílios do governo, nos dizem que vivemos dos impostos da “classe trabalhadora”; como donas de casa, somos retratadas como os sacos sem fundo dos holerites de nossos maridos.

Mas, em última instância, a fraqueza social dos não assalariados foi e é a fraqueza de toda a classe trabalhadora diante do capital. Como demonstra a história da *runaway shop* [loja que foge],⁴¹ a disponibilidade de trabalho não assalariado, tanto nos países “subdesenvolvidos” quanto nas metrópoles, tem permitido ao capital abandonar aquelas regiões onde o trabalho tem se tornado muito caro, minando assim o poder que os trabalhadores ali conquistaram. Sempre que o capital não

⁴⁰ Marx, *op. cit.*, p. 717. [Ed. bras.: p. 788.]

⁴¹ Nome dado nos Estados Unidos a fábricas cujos proprietários mudam de lugar com frequência para fugir das regulações dos sindicatos e das leis. [N.E.]

conseguiu operar no “Terceiro Mundo”, ele abriu o portão das fábricas para mulheres, negros e jovens na metrópole ou para imigrantes do “Terceiro Mundo”. Portanto, não é por acaso que, enquanto o capital está supostamente baseado no trabalho assalariado, mais da metade da população mundial não seja assalariada. O não assalariamento e o subdesenvolvimento são elementos essenciais do planejamento capitalista, tanto nacional quanto internacionalmente. São meios poderosos para forçar os trabalhadores a competir no mercado de trabalho nacional e internacional, e nos fazer acreditar que nossos interesses são diferentes e contraditórios.⁴²

Aqui estão as raízes do sexismo, do racismo e do *welfarism* (desprezo pelos trabalhadores que obtiveram algum dinheiro do Estado), que são expressões de mercados de trabalho diferentes e, portanto, de diferentes maneiras de regular e dividir a classe trabalhadora. Se ignorarmos esse uso da ideologia capitalista e as suas raízes na relação salarial, nós não apenas terminamos por considerar o racismo, o sexismo e o *welfarism* como doenças morais, produtos de “falsa consciência”, como também ficamos confinados a uma estratégia de “educação” que não nos deixa nada além dos “imperativos morais que reforçam o nosso lado”.⁴³

Nós finalmente concordamos em um ponto com Lopate, quando ela diz que a nossa estratégia nos exime de contar com “o fato de homens serem ‘boas’ pessoas”

⁴² Selma James, *Sex, Race and Class* [Sexo, raça e classe]. Bristol: Falling Wall Press & Race Today Publications, 1975, reeditado com um pós-escrito em *Sex, Race, and Class: The Perspective of Winning: A Selection of Writings, 1952-2011* [Sexo, raça e classe: a perspectiva de vencer: uma seleção de escritos, 1952-2001]. Oakland: PM Press, 2012, pp. 92-101.

⁴³ Lopate, *op. cit.*, p. 11.

para atingir a libertação.⁴⁴ Como demonstraram as lutas dos negros nos anos 1960, não foi por meio de boas palavras, mas por meio da organização de seu poder, que eles fizeram as suas necessidades serem “compreendidas”. No caso das mulheres, a tentativa de educar os homens sempre significou que a nossa luta foi privatizada e travada na solidão de nosso quarto e nossa cozinha. O poder educa. Primeiro os homens terão medo, depois eles aprenderão, porque o capital terá medo. Porque não estamos lutando pela redistribuição mais igualitária do mesmo trabalho: estamos lutando para colocar um fim nesse trabalho, e o primeiro passo para isso acontecer é colocar um preço nele.

DEMANDAS SALARIAIS

O nosso poder como mulheres começa com a luta social pelo salário, não para sermos incluídas na relação salarial (porque nunca estivemos fora dela), mas para podermos sair dela, para que cada setor da classe trabalhadora possa sair dela. Aqui temos que esclarecer a natureza da luta pelo salário. Quando a Esquerda sustenta que as demandas salariais são “economicistas”, “demandas de sindicatos”, ela ignora que o salário, assim como a sua ausência, é a medida direta da nossa exploração, sendo, portanto, a expressão direta da relação de poder entre capital e classe trabalhadora e dentro da classe trabalhadora. Ela também ignora que a luta salarial toma muitas formas e não está restrita ao aumento de salário.

⁴⁴ *Ibidem*.

A redução do tempo de trabalho, obtenção de melhores serviços sociais, assim como a obtenção de mais dinheiro – tudo isso representa ganhos salariais que determinam quanto trabalho é retirado de nós e quanto poder temos sobre a nossa vida. É por isso que o salário tem sido historicamente o principal campo de lutas entre trabalhadores e o capital. E, como uma expressão da relação de classes, o salário sempre tem dois lados: o lado do capital que o utiliza para controlar trabalhadores, garantindo que todo aumento de salário resulte em um aumento de produtividade; e o lado dos trabalhadores, que estão sempre lutando por mais dinheiro, mais poder e menos trabalho.

Como demonstra a história da atual crise capitalista, cada vez menos trabalhadores estão dispostos a sacrificar a vida a serviço da produção capitalista e a escutar os chamados para o aumento de produtividade.⁴⁵ Mas, quando a “troca justa” entre salário e produtividade é abalada, a luta por salário torna-se um ataque direto ao lucro do capital e à sua capacidade de extrair de nós trabalho excedente. Portanto, a luta por salário é ao mesmo tempo uma luta contra o salário, pelo poder que ela expressa e contra a relação capitalista que ela constitui. No caso do não assalariamento – no nosso caso –, a luta por salário é ainda mais claramente um ataque ao capital. Os salários para o trabalho doméstico significam que o capital terá de pagar pela enorme quantidade de serviços sociais que os empregadores economizam ao passar o fardo para nossas costas. Mais importante ainda: exigir salários para o trabalho doméstico é recusar-se a aceitar o nosso trabalho como um destino biológico,

⁴⁵ *Fortune*, dez. 1974.

uma condição indispensável para lutar contra ele. Nada, na verdade, tem sido tão poderoso na institucionalização do nosso trabalho, da família e da nossa dependência dos homens quanto o fato de que não somos pagas por esse trabalho com um salário, mas com “amor”. Mas para nós, assim como para os trabalhadores assalariados, o salário não é o preço de uma negociação de produtividade. Em troca de um salário nós não trabalharemos com a mesma intensidade, nem mais do que antes: nós trabalharemos menos. Queremos um salário para podermos dispor de nosso tempo e de nossa energia, para realizar uma luta, e não para sermos confinadas a um segundo emprego por causa da nossa necessidade de independência financeira.

A NOSSA LUTA PELO SALÁRIO ABRE TANTO PARA O ASSALARIADO QUANTO PARA O NÃO ASSALARIADO A QUESTÃO DA VERDADEIRA DURAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO. ATÉ O PRESENTE MOMENTO, A CLASSE TRABALHADORA — HOMENS E MULHERES — TEVE A SUA JORNADA DE TRABALHO DEFINIDA PELO CAPITAL, ENTRE BATER UM PONTO E OUTRO. ISSO DEFINIA O TEMPO EM QUE PERTENCÍAMOS AO CAPITAL E O TEMPO EM QUE PERTENCÍAMOS A NÓS MESMOS. MAS NUNCA PERTENCEMOS A NÓS MESMOS, SEMPRE PERTENCEMOS AO CAPITAL, EM TODOS OS MOMENTOS DE NOSSA VIDA, E JÁ É HORA DE FAZER O CAPITAL PAGAR POR CADA UM DESSES MOMENTOS. EM TERMOS DE CLASSE, TRATA-SE DE REIVINDICAR UM SALÁRIO PARA CADA MOMENTO QUE VIVEMOS A SERVIÇO DO CAPITAL.

FAZENDO O CAPITAL PAGAR

Essa é a perspectiva de classe que tem dado forma às lutas dos anos 1960, nos Estados Unidos e internacionalmente. Nos Estados Unidos, as lutas dos negros e das mães que recebem auxílios do governo — o “Terceiro Mundo” da metrópole — expressaram a revolta dos não assalariados e sua recusa à única alternativa oferecida pelo capital: mais trabalho. Essas lutas, que encontraram na comunidade o epicentro de seu poder, não eram por desenvolvimento, mas pela reapropriação da riqueza social que o capital tem acumulado por meio de trabalho assalariado e não assalariado. Elas desafiaram a organização capitalista da sociedade que impõe o trabalho como a condição única de nossa existência. Elas também desafiaram o dogma de esquerda segundo o qual a classe trabalhadora somente pode organizar o seu poder nas fábricas.

Mas não é preciso entrar em uma fábrica para fazer parte da organização de uma classe trabalhadora. Quando Lopate argumenta que “as condições ideológicas para a solidariedade da classe trabalhadora são redes e conexões que surgem do trabalho em conjunto”, e que “essas condições não podem surgir entre mulheres isoladas trabalhando em casas separadas”, ela anula as lutas que essas mulheres “isoladas” travaram nos anos 1960 (greves de aluguel, lutas por auxílios etc.).⁴⁶ Ela presume que não podemos nos organizar se não formos, primeiro, organizadas pelo capital; e, como ela nega que o capital já tenha nos organizado, ela nega a existência de nossa luta. Mas confundir a organização do nosso traba-

⁴⁶ Lopate, *op. cit.*, p. 9.

lho realizada pelo capital, seja na cozinha, seja na fábrica, com a organização da nossa luta contra ele é o caminho certo para a derrota. Lutar pelo trabalho já é uma derrota; e podemos ter certeza de que cada nova forma de organização do trabalho tentará nos isolar ainda mais, porque é uma ilusão imaginar que o capital não nos divide quando não estamos trabalhando isolados uns dos outros.

Em oposição às divisões típicas à organização capitalista do trabalho, devemos nos organizar de acordo com as nossas necessidades. Nesse sentido, os salários para o trabalho doméstico são tanto uma recusa à socialização da fábrica quanto uma recusa a uma possível “racionalização” capitalista do lar, como propõe Lopate: “precisamos olhar seriamente para as tarefas ‘necessárias’ à manutenção da casa. [...] Precisamos investigar os aparelhos que economizam tempo e trabalho para decidir quais são úteis e quais apenas aprofundam a degradação do trabalho doméstico”.⁴⁷

Não é a tecnologia em si que nos degrada, mas o uso que o capital faz dela. Além disso, a “autogestão” e o “controle pelos trabalhadores” sempre existiram no lar. Sempre pudemos escolher entre lavar a roupa na segunda-feira ou no sábado, ou entre comprar uma máquina de lavar ou um aspirador de pó, desde que tivéssemos dinheiro para isso. Assim, não devemos pedir ao capitalismo que modifique a natureza do nosso trabalho, mas lutar para recusar a reprodução de nós mesmas e dos outros como trabalhadores, como força de trabalho, como mercadorias; e uma condição para atingir essa meta é o reconhecimento dessa forma de trabalho como trabalho por meio do salário. Evidentemente, enquanto a relação salarial capitalista existir, o capitalismo também existirá.

⁴⁷ Lopate, *op. cit.*, p. 9.

Portanto, não dizemos que ganhar um salário é uma revolução. Nós dizemos que é uma estratégia revolucionária, porque ela enfraquece o papel atribuído a nós na divisão capitalista do trabalho e, por conseguinte, modifica as relações de poder dentro da classe trabalhadora em termos mais favoráveis para nós e para a unidade da classe.

No que diz respeito aos aspectos financeiros dos salários para o trabalho doméstico, eles são “altamente problemáticos” somente se tomados do ponto de vista do capital, do ponto de vista do Departamento do Tesouro, que sempre alega pobreza quando se dirige aos trabalhadores.⁴⁸ Como não somos o Departamento do Tesouro e não temos essa aspiração, não conseguimos nos imaginar montando para eles sistemas de pagamentos, diferenças salariais e de negociações de produtividade. Não cabe a nós colocar limites ao nosso poder, não cabe a nós medir nosso próprio valor. A nós cabe apenas a organização da luta em prol daquilo que queremos, para todas nós, nos nossos termos. Nossa meta é não ter preço, é dar nosso preço fora do mercado, para que o trabalho doméstico e o trabalho na fábrica e no escritório tornem-se “ineconômicos”.

Do mesmo modo, rejeitamos o argumento de que algum outro setor da classe trabalhadora terá de pagar por nossos eventuais ganhos. Seguindo essa lógica, poderíamos dizer que os trabalhadores assalariados são pagos atualmente com o dinheiro que o capital não nos dá. Mas essa é a forma de falar do Estado. Afirmar que as demandas por programas de auxílios sociais realizadas por negros nos anos 1960 tiveram “um efeito devastador sobre qualquer estratégia de amplo alcance [...] para as relações entre brancos e negros”, já que “os trabalha-

⁴⁸ *Ibidem.*

dores sabiam que eles, e não as corporações, acabariam pagando por esses programas”, é obviamente racista.⁴⁹ Se partirmos do pressuposto de que toda luta termina necessariamente na redistribuição da pobreza, nós estamos assumindo a inevitabilidade da nossa derrota. O artigo de Lopate é certamente escrito sob o signo do derrotismo, o que significa aceitar as instituições capitalistas como inevitáveis. Lopate não pode imaginar que, se o capital diminuísse o salário de outros trabalhadores para nos dar um salário, esses trabalhadores seriam capazes de defender seus interesses e os nossos também. Ela ainda presume que, “obviamente, os homens receberiam os salários mais altos pelo seu trabalho doméstico”. Em resumo, ela pressupõe que nunca poderemos vencer.⁵⁰

Lopate, por fim, nos adverte que, se obtivéssemos salários para o trabalho doméstico, o capital enviaria supervisores para controlar o nosso trabalho. Como ela enxerga donas de casa somente como vítimas, incapazes de lutar, ela não pode imaginar que poderíamos nos organizar coletivamente para bater a porta na cara do supervisor que tentasse impor esse controle. Ela pressupõe, além disso, que, já que não temos supervisores oficiais, o nosso trabalho não é controlado. Mesmo que ser assalariada significasse maiores tentativas de controle mais direto do Estado sobre o nosso trabalho, isso ainda seria preferível à atual situação, pois essa tentativa levaria à exposição daqueles que comandam o nosso trabalho, e seria melhor saber quem é nosso inimigo a ficar nos culpando e nos odiando porque somos compelidas a “amar ou cuidar [...] por causa do medo e da dominação”.⁵¹

⁴⁹ Lopate, *op. cit.*, p. 10.

⁵⁰ *Ibidem.*

⁵¹ Lopate, *op. cit.*, p. 10.

A REESTRUTURAÇÃO DO TRABALHO DOMÉSTICO E DA REPRODUÇÃO NOS ESTADOS UNIDOS NOS ANOS 1970 (1980)⁵²

Se as mulheres querem que a posição de esposa tenha a honra atribuída por elas a tal posição, não falarão sobre o valor de seus serviços e sobre os rendimentos declarados, mas viverão com o marido segundo o espírito do voto do serviço marital inglês, aceitando-o “na alegria e na tristeza, na pobreza e na riqueza, na doença e na saúde, para amar, honrar e obedecer”. Ser esposa é isso.
— “Wives’ Wages” [Salários das esposas], em *The New York Times*, 10 ago. 1876

De todo o capital social, o mais valioso é aquele investido em seres humanos, e deste, a parte mais preciosa vem do resultado do cuidado e da influência da mãe, contanto que ela preserve seus instintos ternos e altruístas.
— Alfred Marshall, *Principles of Economics* [Princípios de economia] (1890)

⁵² Este texto foi originalmente apresentado em uma conferência realizada em Roma entre 9 e 11 de dezembro de 1980, em torno do tema “As políticas econômicas do trabalho feminino na Itália e nos Estados Unidos”, copatrocinada pelo Centro Studi Americani e pela German Marshall Fund of the United States.